

Senadores ameaçam derrotar o Governo outra vez

Lei eleitoral seria usada como vingança pelos senadores candidatos que queriam desincompatibilização dos governadores

Maria Lima

• BRASÍLIA. A derrota do Governo na votação da lei eleitoral na Câmara pode se repetir no Senado. O líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA), exultante com a boa repercussão da rebeldia do partido, já comunicou aos líderes na Câmara que a bancada não vai abrir mão do que considera fundamental para o fortalecimento da legenda. Em conversas informais, Jáder constatou que há entre os senadores, principalmente entre os candidatos a governador, sentimento de revolta com o comportamento do Governo, que não defendeu a desincompatibilização dos atuais governadores.

A seu favor, o Governo conta,

por enquanto, com a disposição do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), de alterar a lei eleitoral, derrubando pontos como o financiamento público das campanhas.

Os senadores estão se sentindo traídos com a quebra de acordo firmado na votação da emenda da reeleição, quando os governistas prometeram analisar a questão da desincompatibilização de governadores em separado. Mas, logo em seguida à aprovação da emenda, os senadores tomaram conhecimento de um parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, dizendo que os governadores poderiam concorrer à reeleição no cargo, assim como o presidente. Eles

esperam a votação da lei eleitoral para dar o troco.

— O Jáder e o Ronaldo Cunha Lima estão eufóricos com a boa repercussão para o partido. O PMDB não altera uma linha do que considera fundamental para seu fortalecimento e no Senado não será diferente. O PFL e o PSDB achavam que iam nos esmagar. É bom para o Governo saber que o PMDB, que o apóia, tem capacidade de articulação na Câmara — disse o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

Ministros e líderes do PMDB não acreditam que o presidente Fernando Henrique vá combater uma briga com o PMDB, cobrando fidelidade por causa dos cargos do partido, porque sabe que

o que aconteceu pode se repetir na votação de outros projetos de interesse do Governo. Fernando Henrique ligou para o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), disse que não faria cobranças e que sabia muito bem separar questões de Governo de questões de interesse partidário.

— Em nenhum momento fui cobrado pelo presidente ou tive qualquer solicitação por parte dele. Nem antes nem depois — disse o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que é do PMDB.

O ministro da Justiça, Íris Rezende, reuniu-se com o presidente e disse que ninguém tocou no assunto nem se criticou o comportamento do PMDB.

— Não houve constrangimen-

to. Esse episódio tem que ser visto como uma disputa partidária, que nada tem a ver com um confronto com o Governo. Isso é uma coisa lá entre os partidos, uma briga por espaço — disse.

O ministro não acredita que o episódio vá afetar a relação do Governo com o partido:

— O PMDB até recuou em algumas posições, aceitando que Fernando Henrique concorresse à reeleição utilizando o número do PSDB, o 45 — disse Íris.

Os líderes peemedebistas disseram que o presidente não foi surpreendido com o acordo feito pelo PMDB com as esquerdas e o PPB, contra o PFL e o PSDB. Quando sentiu que não conseguiria entendimento com os líderes

Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e Aécio Neves (PSDB-MG), Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) avisou ao presidente que buscava um acordo fora da base governista.

Ontem o sabor da derrota já não parecia tão amargo para o presidente e o líder do Governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Eles chegaram à conclusão de que o resultado da votação foi razoável. De acordo com o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, o presidente não tinha pretensão em relação à lei eleitoral e só considera problemática a proposta do financiamento público das campanhas. ■

COLABORARAM Cristiane Jungblut e Adriana Vasconcelos